

ACTUALIZAÇÃO DA TABELA SALARIAL



UM IMPERATIVO DO SECTOR!

O SINAPSA apresentou à APS (Associação Portuguesa de Seguradores) uma proposta de actualização da tabela salarial para 2014 de 3,6 %, à qual ainda juntamos o valor de 1,7 % de aumento apresentado pelo Mediador para o ano de 2013.

As principais razões que fundamentam a nossa proposta consubstanciam-se nos dados seguintes:

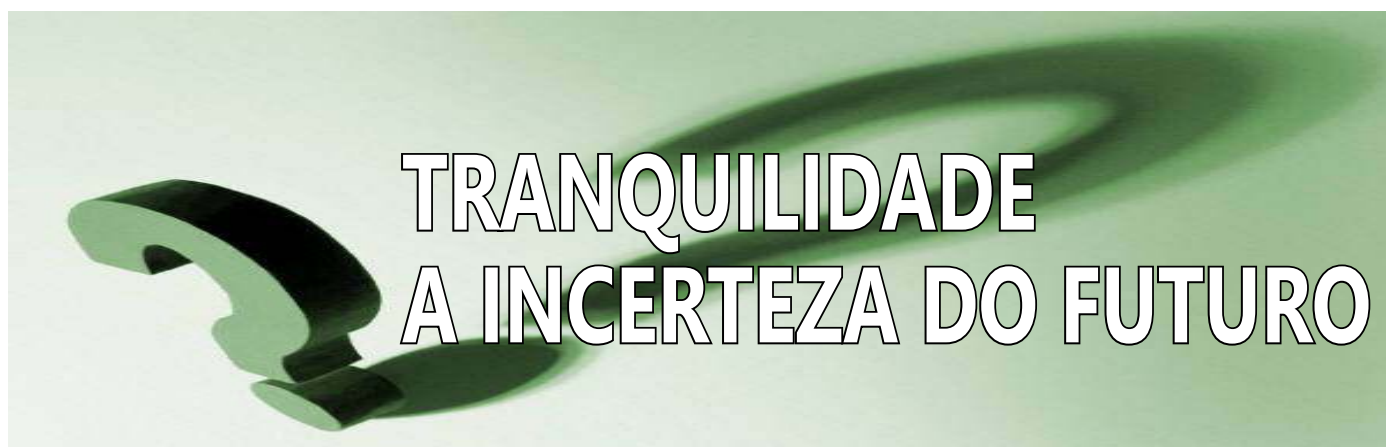
- Os salários dos trabalhadores de seguros têm permanecido inalteráveis desde o ano de 2009;
- A inflação, no quadriénio seguinte, evoluiu de modo significativo (1,4%, 3,8%, 2,8% e 0,5%, respectivamente, em 2010, 2011, 2012 e 2013), o que significou, objectivamente, quebra no salário real dos trabalhadores da actividade seguradora (aproximadamente 8,5%). A inflação prevista para 2014 é positiva de 0,8%;
- A política fiscal, incidindo fortemente sobre o valor do trabalho, acentuou esta quebra do poder de compra dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores dos seguros em particular;
- Todos os ganhos de produtividade gerados no sector segurador neste quadriénio, ficaram na posse das empresas; aos trabalhadores, que são os responsáveis pela sua concretização, não coube qualquer parcela desses mesmos ganhos de produtividade;
- O mercado segurador tem permitido lucros elevados pelas seguradoras que se traduzem em: 397 milhões €, 36 milhões €, 542 milhões € e 692 milhões €, respectivamente, em 2010, 2011, 2012 e 2013.

Os números comprovam inequivocamente que há capacidade económica gerada no sector que permita a actualização dos salários dos trabalhadores de seguros.

Os fabulosos resultados da actividade seguradora são fruto do empenho e profissionalismo de todos os trabalhadores. A reivindicação que o SINAPSA apresenta é da mais elementar justiça para quem, ano após ano, contribui para estes resultados: os trabalhadores.

Nas sociedades justas, a riqueza produzida pelo trabalho pertence a todos. Este tem sido um facto suficientemente esquecido na nossa sociedade, que enriquece os patrões e condena ao empobrecimento e precariedade os trabalhadores.

**ESTE É UM DIREITO QUE TEM DE SER EFECTIVADO!
OS TRABALHADORES DE SEGUROS EXIGEM AUMENTO SALARIAL, JÁ!**



A gestão danosa do BES/GES – com o anúncio público dos prejuízos do primeiro semestre de 2014, no valor de 3.577 milhões de euros – revela a ligeireza e pouca transparência com que Governo e autoridades de supervisão têm abordado a situação.

É pois necessário um apuramento rigoroso da situação, dos responsáveis e das consequências deste desastre financeiro. O que recusamos é que sejam os trabalhadores e os contribuintes nacionais a pagarem, mais uma vez, a factura da canalização de dinheiros públicos. Todos os prejuízos devem ser ressarcidos pelo património e recursos da família Espírito Santo e demais accionistas institucionais.

Não podemos deixar de denunciar a responsabilidade do Banco de Portugal (BdP) no caso do BES/GES e a promiscuidade que existe actualmente na banca na área da auditoria externa/ROC (Revisor Oficial de Contas), com a conivência do Banco de Portugal, que enfraquece o controlo e supervisão, criando as condições para que casos como o do BES aconteçam. Não podemos deixar igualmente de questionar acerca da segurança real, no caso de dificuldades na banca, que têm os depositantes dos bancos.

A Tranquilidade, a seguradora do grupo, foi mais uma das vítimas desta gestão danosa, especulação financeira e abusiva captura pessoal de capitais e rendimentos. Primeiro, terá sido dada como penhor na garantia dos 700 milhões de euros que a Espírito Santo Financial Group (ESFG) foi obrigada a constituir pelo Banco de Portugal. O GES terá garantido que a Tranquilidade valeria os tais 700 milhões de euros e o BdP terá aceite como válido o valor apontado. Entretanto, fontes do mercado referiram à imprensa nacional que o valor da Tranquilidade foi sobrevalorizado. Mas este é apenas um dos inúmeros problemas com que se confronta a seguradora, pois também terá sido obrigada a comprar 150 milhões de euros de dívida do GES, sendo que a maior parte deste valor terá sido comprada nos últimos dois a três meses.

Entretanto, e no seguimento da Tranquilidade ter entregue ao Instituto de Seguros de Portugal (ISP) um plano para repor a situação financeira e provisões técnicas, e da deliberação deste organismo em que todas as operações da seguradora com o Grupo Espírito Santo (GES) e outras sociedades relacionadas ficam sujeitas à aprovação prévia do regulador dos seguros – bem como a aprovação do plano de financiamento proposto pela Tranquilidade, que passa pela alienação da seguradora –, o SINAPSA já solicitou ao ISP uma reunião com carácter de urgência, na qual iremos pedir esclarecimentos sobre toda esta situação.

Neste cenário muito preocupante, em que o GES procura obter dinheiro a todo o custo, a venda das seguradoras do grupo a Fundos de Investimento afigura-se como uma má solução para a empresa e para os seus trabalhadores, tendo em conta que esses Fundos de Investimento não têm como prática o desenvolvimento do negócio. Aparecem em períodos de crise financeira, compram por essa razão mais barato e procuram rapidamente recuperar o investimento com avultadas margens de lucro.

Torna-se, pois, exigível que a Comissão Executiva da Tranquilidade informe com rigor e transparência todos os trabalhadores da companhia sobre todo o processo em curso, nomeadamente quais os verdadeiros montantes expostos com aquisição de dívida do GES, o que vai ser vendido, com quem se negocia, quais as condições impostas pelos compradores e que projectos estão na forja. E que essa informação seja igualmente difundida por todas as seguradoras e prestadores de serviço participados pelo grupo (T. Vida, Bes Seguros, Bes Vida, Logo, Europ Assistance, AdvanceCare e Esumédica).

Face à gravidade da situação e da incerteza no futuro com que os trabalhadores da Tranquilidade se vêem confrontados, o SINAPSA vem afirmar da necessidade imperiosa no estabelecimento de um compromisso escrito, no qual a Comissão Executiva assumira a garantia de todos os postos de trabalho, os salários e os direitos contratuais e extracontratuais em vigor na empresa.

O NOVO "FANTASMA DOS CONTRIBUENTES"

Enquanto o investimento cai de uma forma dramática no país (o investimento público diminuiu, entre 2010 e 2013, 63,2%), pondo em perigo não só o presente mas também o futuro de Portugal, assiste-se à destruição maciça de valor, ou seja, de riqueza. No BES (Banco Espírito Santo), milhares de milhões de euros desapareceram. E para o Governo e Banco de Portugal (BdP) é como nada tivessem a ver com isso.

Tentando fugir às suas responsabilidades, a Ministra das Finanças e o Governador do Banco de Portugal balbuciaram que tinham sido enganados e que só tiveram conhecimento de informação "materialmente relevante" muito recentemente, quando, 15 dias antes, ambos afirmaram que o BES era um banco sólido e que possuía uma almofada financeira suficiente para suportar os prejuízos decorrentes da exposição ao grupo.

E, à semelhança do afirmado por Vitor Constância aquando do caso do BPN, Carlos Costa disse e repetiu que é praticamente impossível detectar esquemas fraudulentos como o do BES, a não ser em caso de denúncia interna (quando as comadres se zangam) ou então em situação de grave crise financeira.

Mas há muitas outras razões pelas quais os portugueses não devem ficar tranquilos quanto a uma possível repetição do caso BPN.

Segundo a Ministra, o Estado não tem qualquer responsabilidade no "Novo Banco", porque não é accionista e, por isso, não manda no banco. No entanto, prontificou-se a entrar com um empréstimo de 3.900 milhões de euros. O Governo acha que é legítimo a "Troika" impor o que quer ao país porque concedeu um empréstimo (é o credor), mas já não acha tão legítimo que

o Estado mande no "Novo Banco" apesar de pôr lá dinheiro dos contribuintes.

A Ministra também garantiu que os contribuintes iriam ser reembolsados do empréstimo, embora antes tenha afirmado que não haveria dinheiro dos contribuintes no BES. E para justificar essa garantia disse que se o "Novo Banco" fosse vendido a um preço inferior, as instituições financeiras (os bancos) pagariam o empréstimo com as quotizações para o Fundo de Resolução.

Segundo o Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 24/2013, as contribuições da banca para este fundo são calculadas com base no passivo da mesma banca, deduzido dos depósitos cobertos pelo Fundo de garantia de depósitos e dos fundos próprios complementares. E a taxa máxima a aplicar é 0,07%, de acordo com o Aviso 1/2013 do Banco de Portugal. No caso de aplicação da taxa máxima, isso daria uma receita que não seria superior a 219 milhões de euros/ano. Portanto, para reembolsar os 3.900 milhões de euros que o Estado vai emprestar ao "Novo Banco" seriam necessários 18 anos, sem incluir juros, ou seja, um período superior ao concedido pela "Troika", sendo 56 milhões de euros/ano pagos pela Caixa Geral de Depósitos (CGD), o banco público, que é o maior contribuinte. E quem paga até lá tudo isto? Os contribuintes. E tem a desfaçatez de dizer que não será utilizado dinheiro dos contribuintes!

Mas ainda se fica mais intranquilo quando se analisa algumas das afirmações do Governador do Banco de Portugal, que referiu, mais de uma vez, que o BdP tinha mandado fazer uma auditoria aprofundada aos activos e passivos do "Novo Banco" para avaliar o valor real dos activos que para lá foram transferidos. Isto significa que,

na prática, foram transferidos para o “Novo Banco”, sob a responsabilidade do Banco de Portugal, activos de muitos milhares de milhões de euros (segundo as contas do 1.º semestre de 2014, o valor do Activo do BES atingia 80.216 milhões de euros), cujo verdadeiro valor o próprio Banco de Portugal desconhece.

No mesmo dia da audição, Vitor Bento deu uma entrevista à SIC, onde afirmou que estava a elaborar um plano de reestruturação do “Novo Banco”, que podia passar por fecho de balcões e redução do número de

trabalhadores – precisamente o contrário do garantido pela Ministra e pelo Governador do BdP, de que a “solução” não acarretaria despedimentos.

De novo o “fantasma” do BPN surge, até porque no fim da audição parlamentar ficou por esclarecer se o Estado (os contribuintes), poderá ou não ser objecto de inúmeros processos judiciais com pedidos de indemnização e o que acontecerá às 173 empresas associadas e subsidiárias, com 3.590 trabalhadores, que consolidavam nas contas do BES (págs. 106/109 do RC-2013).

FONTE: Eugénio Rosa (Economista)

Sabia que

O prolongamento do período da redução do valor do trabalho extraordinário vai aumentar a exploração, reduzir a retribuição e evitar a criação de mais emprego, quando tantos desempregados o procuram e não encontram.

O Governo e o patronato, ao defenderem a caducidade das convenções colectivas, pretendem pôr em causa os direitos e atacar a contratação colectiva, como alicerces da democracia do trabalho com direitos, da distribuição da riqueza, da organização do tempo de trabalho associado à conciliação da vida pessoal e familiar com a profissional, assim como da igualdade entre mulheres e homens.

A denominada “Reforma do IRS” tem como finalidade reduzir a tributação sobre o capital e redistribuir a carga fiscal sobre os trabalhadores e pensionistas, e a “fiscalidade verde” surge para dar cobertura a novos impostos sobre o consumo.

Os cortes previstos para 2015, na despesa social como na Saúde e Educação, têm um valor semelhante ao que o Governo vai gastar este ano com as PPP's: 1600 milhões de euros.

Em Agosto o Governo, com o apoio do Presidente da República, quer fazer um novo corte nos salários, nas pensões e reformas, ao mesmo tempo que financia as empresas em milhões de euros para fomentar a precariedade, segundo o princípio “contratar hoje para despedir amanhã”.

Entre 2010 e 2013 houve um corte nas remunerações dos trabalhadores de 7 mil milhões de euros, valor idêntico ao que Portugal paga de juros aos “amigos” que financiam o défice das coisas que eles produzem e lhes compramos.

EM AGOSTO TEMPO DE LER, REFLETIR E AGIR!

HÁ SOLUÇÕES!

VAMOS LUTAR POR ELAS!

Emprego com direitos, combate à precariedade e ao desemprego para evitar a emigração massiva, designadamente dos nossos jovens.

Dinamizar a contratação colectiva como fonte de direitos, aumentar os salários e pensões, valorizar as profissões e as carreiras profissionais, assegurar a protecção social e apoios sociais a todos.

Pôr termo às privatizações e melhorar os serviços públicos e o Sistema Nacional de Saúde, a Escola Pública de qualidade e a Segurança Social Pública, Universal e Solidária, como elementos estruturantes da harmonização social no progresso e de combate às assimetrias e desertificação.

Ficha Técnica:

Director: Paulo Mourato ● **Coordenação editorial e redação:** Paulo Mourato ● **Composição:** SINAPSA ● **Impressão:** SINAPSA
Tiragem: 5.000 exemplares ● **Propriedade:** Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins
PORTO: Rua do Breiner, 259 - 1º - 4050-126 Porto t 22 2076620 f 22 2052216 tLinha Azul 808200774 @ geral@sinapsa.pt
LISBOA: Escadinhas da Barroca, 3A - 1150-062 (Largo de S. Domingos/ao Rossio) t 21 8861024 @ lisboa@sinapsa.pt
COIMBRA: Rua Padre Estevão Cabral, 120 - 1º Sala 101 - 3000-316 t/f 239 842515 @ coimbra@sinapsa.pt

www.sinapsa.pt